



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PARECER nº 30825962.2022.DPPE - CONS. JURIDICA

SEI Nº 2500000033.003802/2022-11

LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – MATERIAIS GRAFICOS – REQUISITOS CUMPRIDOS – EDITAL CONFORME LEGISLAÇÃO.

I – DOS FATOS

Trata-se de suscitação por minuta de parecer jurídico da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE) no que se refere à instauração de processo sob o n.º 2500000033.003802/2022-11 — de licitação modalidade pregão eletrônico, visando à formação de registro de preço para eventual aquisição de material gráfico, atendendo as necessidades desta Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - DPPE.

O pedido tem fundamento no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/1993, considerada a aplicação subsidiária do texto de norma da referida lei em atenção ao art. 9.º da Lei Federal 10.520/2002.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO CASO

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pelas Leis Federais de n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como pelo Decreto Estadual de n.º 32.539/2008.

Cingindo-se à análise do teor do procedimento eleito para a contratação pretendida, ela poderá ser levada a efeito pela modalidade de pregão eletrônico, menor preço por item, conforme preconizam o parágrafo único e *caput* do art. 1.º da Lei Federal n.º 10.520/2002, haja vista tratar-se de **aquisição de bens e serviços comuns**, como se vê *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Ademais, observam-se cumpridas as formalidades legais do documento editalício, com objeto especificado, termos da contratação e presença de anexos pertinentes à modalidade eleita. Além disso, também está o valor cotado dentro da conformidade, esperando-se sua redução na fase externa do pregão.

Por fim, entende-se que o procedimento guarda regularidade com o teor das Leis Federais de n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como com o Decreto Estadual supracitado.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pelo prosseguimento do pregão eletrônico, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

É o parecer, s. m. j.

Recife, 23 de novembro de 2022.

José Fabrício Silva de Lima

2º Subdefensor Público-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Jose Fabricio Silva de Lima**, em 24/11/2022, às 10:25, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30825962** e o código CRC **EB844FBB**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone: